



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
13ª REGIÃO / PARAÍBA

XI CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

EDITAL 2005

O Excelentíssimo Senhor Juiz **AFRÂNIO NEVES DE MELO**, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, torna público que estarão abertas as inscrições para o XI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz do Trabalho Substituto destinado ao preenchimento de 09 (nove) cargos vagos e dos que vierem a vagar ou a ser criados durante a validade do concurso. Reservar-se-ão às pessoas portadoras de deficiência 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas, arredondado para o número inteiro imediatamente superior, caso fracionário o resultado da aplicação do percentual, tudo nos termos da Resolução Administrativa nº 907/2002 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicada no Diário da Justiça, Seção 1, páginas 763/766, do dia 03.12.2002 e republicada em 18/11/2003, por determinação da Resolução Administrativa nº 965/2003, e em 13/04/2005, por determinação da Resolução Administrativa nº 1046/2005, também do TST, sendo partes integrantes deste edital.

1 DO INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

- 1.1 O ingresso na Magistratura do Trabalho da 13ª Região far-se-á no cargo de Juiz Substituto, mediante aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos e nomeação por ato do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.
- 1.2 Os candidatos habilitados e classificados serão nomeados Juizes do Trabalho Substitutos, na forma da lei (artigos 96, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal; 92 da LOMAN e 654 da CLT) e sujeitos à designação para servir, em substituição ou como auxiliares, em quaisquer das Varas sediadas na jurisdição da 13ª Região da Justiça do Trabalho.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

- 2.1.1 Local: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – R. Corálio Soares de Oliveira, s/n, Centro, na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, – na Secretaria da Comissão do Concurso, 3º andar (sede do Tribunal).
- 2.1.2 Início das inscrições: **01 de agosto de 2005**
- 2.1.3 Término das inscrições: **30 de agosto de 2005**
- 2.1.4 Horário: **das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis**

- 2.1.5 Taxa de Inscrição: R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais), a ser recolhida, através de G.R.U. - Guia de Recolhimento da União – Simples, disponível no “site” do Tesouro Nacional - www.tesouro.fazenda.gov.br - “link” Portal SIAFI, ou diretamente nas Agências do Banco do Brasil S/A, constando: **Código da Unidade Favorecida:** 080005; **Gestão da Unidade Favorecida:** 00001; **Recolhimento:** 20217-7; **Número de Referência:** em branco; **Competência:** 08/2005; **Vencimento do Depósito:** (dia/mês/ano); **CPF e Nome do Contribuinte:** dados do candidato; **Valor Principal:** valor da inscrição. **Imprimir a Guia e recolher somente nas agências do Banco do Brasil S.A.**
- 2.1.6 A inscrição preliminar deverá ser feita pelo candidato ou procurador habilitado (apresentação de procuração específica e firma reconhecida em Cartório), mediante preenchimento de requerimento (conforme modelo constante do Anexo I deste Edital), dirigido ao Presidente da Comissão do Concurso. A ficha de inscrição estará disponível para preenchimento e impressão no endereço eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – www.trt13.gov.br/concurso, bem como na Secretaria da Comissão do Concurso, onde deverá ser formalizada a inscrição.
- 2.1.7 No ato da inscrição preliminar, o candidato exibirá documento oficial de identidade e apresentará declaração, segundo Anexo I deste Edital, na qual, sob as penas da lei, indicará:
- a) que é brasileiro (art. 12 da Constituição Federal);
 - b) que é diplomado em Direito, mencionando o nome do estabelecimento onde se graduou, a data da expedição do diploma e o número e a data do respectivo registro;
 - c) que se acha quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e do serviço militar;
 - d) que goza de boa saúde;
 - e) que não registra antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;
 - f) que não sofreu, no exercício da advocacia ou de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;
 - g) que tem conhecimento das exigências contidas nas instruções do concurso e com as quais está de acordo.
- 2.1.8 O candidato indicará, no campo próprio, nome e endereço de 03 (três) pessoas (autoridades ou professores universitários) que possam, a critério da Comissão do Concurso, prestar informações sobre o requerente.
- 2.1.9 No mesmo requerimento o candidato consignará seu endereço particular, local de trabalho, número do seu telefone convencional, celular e e-mail, para que lhe sejam feitas comunicações necessárias referentes aos atos do concurso, devendo, em caso de alteração de algum dado, comunicar de imediato, por escrito, à Comissão do Concurso.
- 2.1.10 O candidato fornecerá, ainda, em ordem cronológica, os períodos de atuação como Juiz, membro do Ministério Público, advogado ou titular de função técnico-jurídica, pública ou privada, precisando o local e a época de exercício de cada um deles e nomeando as principais autoridades com as quais serviu ou esteve em contato, bem como os endereços atuais das mesmas e o número dos respectivos telefones.
- 2.1.11 Ainda, no ato da inscrição preliminar, o candidato entregará os seguintes documentos:
- a) 02 (duas) fotografias de frente, iguais e recentes, tamanho 3x4 centímetros, com o nome no verso;
 - b) comprovante de recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais), equivalente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) da remuneração do cargo de Juiz do Trabalho Substituto, nos exatos termos do subitem 2.1.5.
- 2.1.12 Fica expressamente proibido a qualquer servidor, que preste ou não serviços à Comissão do Concurso, o recebimento direto da taxa de inscrição.

- 2.1.13 Será indeferida a inscrição feita com cheque que vier a ser devolvido pelo Banco, qualquer que seja o motivo da devolução. Não será aceito cheque de pessoa jurídica ou de terceiros.
- 2.1.14 Somente o pagamento da taxa não será considerado como inscrição.
- 2.1.15 Aos candidatos inscritos, será fornecido cartão de identificação, que deverá ser apresentado em todos os atos do Concurso, juntamente com o documento oficial de identidade expedido por Órgão competente.
- 2.1.16 Os requerimentos de inscrição serão autuados separadamente.
- 2.1.17 O Edital, programa, Resolução Administrativa 907/2002 do Colendo TST (com as alterações introduzidas pela Resolução Administrativa nº 1046/2005), o modelo de requerimento, declarações e informações exigidas para a inscrição preliminar, poderão ser obtidos no endereço eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – www.trt13.gov.br/concurso.
- 2.1.18 A Comissão do Concurso fará publicar, uma única vez, no Diário Oficial da União e do Estado da Paraíba a lista dos candidatos inscritos.

2.2 DA INSCRIÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

- 2.2.1 Serão reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas no edital para candidatos portadores de deficiência, arredondado para o número inteiro imediatamente superior, caso fracionário o resultado da aplicação do percentual.
- 2.2.2 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 21 de dezembro de 1999.
- 2.2.3 O candidato que pretender concorrer às vagas reservadas, deverá declarar-se (Anexo II), sob as penas da lei, pessoa portadora de deficiência, nos termos em que a considera o art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União, de 21/12/1999, anexando, ainda, ao requerimento de inscrição preliminar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e à provável causa da deficiência.
- 2.2.4 Será processada como inscrição de candidato não portador de deficiência requerida por aquele que invoque a condição de deficiente, mas deixe de atender, em seus exatos termos, às exigências previstas no item anterior.
- 2.2.5 O candidato portador de deficiência, que necessite de tratamento diferenciado para se submeter às provas, deverá requerê-lo, por escrito, à Comissão de Concurso, no ato da inscrição preliminar, indicando claramente, para tanto, quais as providências especiais de que carece.
- 2.2.6 O candidato portador de deficiência aprovado na prova prática da 3ª fase – elaboração de uma sentença trabalhista – submeter-se-á, em dia e hora designados pela Comissão do Concurso, sempre antes da realização da prova oral, à avaliação da Comissão Multiprofissional quanto à existência e compatibilidade da deficiência com as atribuições inerentes à função judicante.
- 2.2.7 A Comissão Multiprofissional, necessariamente até 03 (três) dias antes da data fixada para a realização da prova oral, proferirá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente e sobre a sua aptidão para o desempenho do cargo.
- 2.2.8 A seu juízo, a Comissão Multiprofissional poderá solicitar parecer de profissionais capacitados na área da deficiência que estiver sendo avaliada, os quais não terão direito a voto.

- 2.2.9 Concluindo a Comissão Multiprofissional pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência, passará o candidato a concorrer às vagas não reservadas.
- 2.2.10 O candidato portador de deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, for insuficiente a classificação obtida no quadro geral de candidatos para habilitá-lo à nomeação.
- 2.2.11 Os candidatos portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas, ressalvada, quanto à forma de prestação das provas, a deliberação da Comissão de Concurso ao requerimento previsto no item 2.2.5 deste Edital.
- 2.2.12 Não preenchidas por candidatos portadores de deficiência as vagas reservadas, serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem de classificação no concurso.
- 2.2.13 A classificação de candidatos portadores de deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

2.3 DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

- 2.3.1 Para inscrição definitiva, a ser feita após aprovação na prova prática da 3ª fase – elaboração de uma sentença trabalhista - a Comissão de Concurso exigirá do candidato habilitado para a prova da 4ª fase, inclusive do candidato portador de deficiência, os documentos relativos à confirmação das declarações prestadas por ocasião da inscrição preliminar, (alíneas "a" a "g", do item 2.1.7 retro), bem como os elencados no anexo III, pelo modo, forma, prazo que estabelecer, mediante originais ou fotocópias autenticadas, importando o não cumprimento desta exigência no indeferimento da inscrição definitiva, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração, caso os documentos apresentados não estejam em conformidade com a declaração feita pelo candidato por ocasião da inscrição preliminar.
- 2.3.2 O prazo para entrega da documentação relativa à inscrição definitiva será de 16 (dezesesseis) dias, contados da divulgação do resultado da prova da 3ª fase.
- 2.3.3 O candidato que estiver no exercício de cargo da Magistratura ou do Ministério Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e Territórios fica dispensado de apresentar os documentos relativos à confirmação das declarações das alíneas "c", "e" e "f" do item 2.1.7 deste Edital.
- 2.3.4 A comprovação do estado de saúde do candidato, para o fim da inscrição definitiva a que se refere a alínea "d" do item 2.1.7 deste Edital, será feita através de atestado médico de clínico geral, importando sua não apresentação ou desconformidade com a declaração anteriormente firmada, no indeferimento da inscrição definitiva, nulidade da aprovação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.
- 2.3.5 O disposto no item anterior não exime o candidato que vier a ser aprovado em definitivo de submeter-se aos exames médicos e laboratoriais exigidos para a posse em cargo público, quando esta ocorrer, bem como os indicados pela Comissão do Concurso, os quais serão realizados perante o Serviço Especializado do próprio Tribunal ou outro que venha a ser indicado pela Comissão.
- 2.3.6 A Comissão do Concurso investigará a idoneidade moral do candidato, deferindo ou indeferindo a inscrição definitiva, tendo em vista os requisitos deste Edital e o resultado obtido através da investigação sobre a conduta do candidato.

2.3.7 Garantido à Comissão do Concurso o sigilo da fonte de informação, o candidato, se o desejar, terá notícia dos motivos do indeferimento da inscrição.

3 DAS COMISSÕES

3.1 Nos termos do art. 5º c/c art. 40, parágrafo 3º, da Resolução Administrativa nº 907/02, do Tribunal Superior do Trabalho (com as alterações introduzidas pela Resolução Administrativa nº 1046/2005), a relação dos membros da Comissão do Concurso e Comissões Examinadoras das Provas é parte integrante deste Edital, anexo IV.

4 DAS PROVAS

4.1 O Concurso constará de 05 (cinco) fases que serão realizadas sucessivamente na seguinte ordem:

4.1.1 1ª fase (Conhecimentos Gerais) - prova escrita, objetiva, de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil e Direito Comercial.

4.1.2 2ª fase (Conhecimentos Específicos) - prova escrita, subjetiva, de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Civil.

4.1.3 3ª fase (Prova Prática) - elaboração de uma sentença trabalhista.

4.1.4 4ª fase (Prova Oral) - Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional e Direito Processual Civil.

4.1.5 5ª fase (Prova de Títulos).

4.2 A primeira prova escrita (1ª fase), englobando todas as matérias, constará de 100 (cem) questões objetivas, cada uma delas obrigatoriamente com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma) correta, formulada e padronizada pela Banca Examinadora. As questões serão agrupadas, preferencialmente, por disciplina ou explicitar-se-á sob ótica de que disciplina a questão é formulada. Esta prova será realizada em 02 (duas) etapas de 50 (cinquenta) questões cada uma e em dias consecutivos, com duração de 4 (quatro) horas cada etapa, para todos os candidatos. Na aferição da prova dessa 1ª fase, as questões terão o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que:

- a) acertar pelo menos 50 (cinquenta) questões;
- b) estiver classificado entre os 200 (duzentos) primeiros candidatos.

4.2.1 No caso de empate na 200ª (ducentésima) posição, serão convocados para a 2ª fase todos os candidatos que, nessa posição, tenham obtido a mesma nota. O candidato que obtiver, por meio de recurso, nota igual ou superior à que definiu a 200ª (ducentésima) posição, não prejudicará os que, na primeira publicação, já tenham obtido a classificação.

4.3 A identificação e divulgação do resultado da prova objetiva ocorrerá em sessão pública, presentes a Comissão do Concurso e a Comissão Examinadora da Prova.

4.4 A prova prática, que constará de sentença trabalhista, com base em proposição pré elaborada, consistirá na solução objetiva de casos baseados em situações concretas e visará à avaliação do conhecimento especializado do candidato e o seu desempenho como julgador.

- 4.5 O programa da 4ª fase (oral) constará de, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, de 60 (sessenta) pontos e será elaborado pela Comissão Examinadora respectiva, para efeito de sorteio, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a juízo da Comissão referida.
- 4.6 Os candidatos terão ingresso no recinto e serão chamados para sorteio do ponto da prova oral por ordem de inscrição.
- 4.7 Na prova oral o candidato discorrerá e responderá a perguntas da Comissão Examinadora, a juízo desta, em ato público, na sede do Tribunal, sobre ponto do programa sorteado.
- 4.8 As provas escritas e a prova prática terão duração de 04 (quatro) horas, cada uma, e a prova oral não excederá 60 (sessenta) minutos para cada candidato, sendo o tempo dividido, proporcionalmente, entre os membros da Comissão Examinadora.
- 4.9 A comissão do Concurso comunicará aos candidatos a data e o local de realização de cada prova, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.
- 4.10 As provas das 04 (quatro) primeiras fases, objetiva, escrita, prática e oral, terão caráter eliminatório.
- 4.11 Não haverá segunda chamada para quaisquer das provas.
- 4.12 Não será permitida a entrada de nenhum candidato após os procedimentos abaixo discriminados, o que implicará a sua desclassificação:
- a) fechamento dos portões do local onde será realizada cada prova 15 (quinze) minutos antes da hora fixada para efetivo início do exame;
 - b) acesso à sala designada para a realização das provas até o horário estabelecido para início.
- 4.13 Durante a realização das provas é proibido o uso de quaisquer anotações, bem como de aparelhos eletrônicos e telefones celulares, facultada a consulta a publicações oficiais de textos legais, enunciados, orientações jurisprudenciais, precedentes normativos, instruções e resoluções do Tribunal do Superior do Trabalho, sem comentários ou notas explicativas, exceto quanto à prova escrita, objetiva, da 1ª fase.
- 4.14 As provas deverão ser realizadas com caneta esferográfica azul ou preta, necessariamente.
- 4.15 Defeso o uso de “Marca Texto”.
- 4.16 Para as provas escritas, não serão admitidas respostas em rascunho. As respostas deverão ser elaboradas em folhas rubricadas, fornecidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.
- 4.17 Eventuais incorreções ou erros deverão ser riscados e postos entre parênteses, não sendo admitido uso de qualquer tipo de corretivo.
- 4.18 O candidato, ao entregar a prova - só podendo fazê-lo duas horas depois de iniciada -, receberá comprovante de seu comparecimento.
- 4.19 Considerar-se-á desclassificado o candidato que:
- a) não se apresentar no dia, hora e lugar previamente designados para realização de quaisquer das provas ou do sorteio da prova oral;
 - b) tornar identificável a sua prova;
 - c) durante a realização das provas comunicar-se com outros candidatos ou com pessoas estranhas, oralmente ou por escrito;
 - d) infringir o sub item 4.13.

- 4.20 As notas referentes às provas de Conhecimentos Específicos (2ª fase) e Prática (3ª fase) serão entregues pelos examinadores ao Secretário da Comissão do Concurso, em sobrecartas fechadas, segundo a ordem de numeração da entrega das provas pelos candidatos à Secretaria da Comissão do Concurso. Cada examinador atribuirá nota individual, em relação a cada prova, podendo variar de 0 (zero) a 10 (dez), expressa necessariamente em número inteiro. Não será permitido o fracionamento, quer da correção, quer da nota individual.
- 4.21 Concluída a correção de cada prova por todos os examinadores, a Comissão do Concurso, em sessão pública, abrirá os envelopes. A Secretária da Comissão de Concurso apurará a média das notas conferidas aos candidatos pelos examinadores, que poderá ser fracionada, sendo de imediato proclamado o resultado.
- 4.22 É vedado, a qualquer título, o arredondamento de médias, inclusive da média final.

5 DOS TÍTULOS

5.1 Consideram-se Títulos:

- 5.1.1 Trabalhos jurídicos reveladores da cultura geral do candidato, como livros, ensaios, teses, estudos, monografias, etc.
- 5.1.2 Exercício do magistério em curso jurídico.
- 5.1.3 Exercício de cargo de Magistratura, Ministério Público ou para cujo desempenho se pressuponha conhecimento jurídico.
- 5.1.4 Aprovação em concurso para os cargos a que aludem os itens 5.1.2 e 5.1.3 deste Edital.
- 5.1.5 Conclusão de cursos de pós-graduação em matéria jurídica.
- 5.1.6 Participação ativa em congressos jurídicos, com proferimento de conferência, defesa de tese, participação em painel ou comissão.
- 5.1.7 O *curriculum* universitário de aluno laureado em Faculdade de Direito.
- 5.1.8 Outros documentos que, a juízo da Comissão do Concurso, revelem cultura jurídica e valorizem o *curriculum vitae* do candidato.

5.2 Não constituem títulos:

- 5.2.1 Mero exercício de função pública para a qual não se exija conhecimento especializado em Direito.
- 5.2.2 Trabalho cuja autoria exclusiva do candidato não possa ser apurada.
- 5.2.3 Certificado de conclusão de cursos de qualquer natureza, quando a aprovação do candidato resultar de mera frequência.
- 5.2.4 Atestados de capacidade técnica ou de boa conduta profissional.
- 5.2.5 Trabalhos forenses (sentenças, pareceres, razões de recursos, etc.).

- 5.3 A comprovação dos títulos relacionados pelo candidato deve ser feita através de documentos considerados hábeis pela Comissão do Concurso (original ou fotocópia autenticada), a serem apresentados pelos candidatos que obtiverem aprovação nas provas escritas e oral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da divulgação do resultado desta.

- 5.4 Os títulos serão apreciados em conjunto pela Comissão do Concurso, tendo como gabarito de pontos o estabelecido pela mesma.
- 5.5 Somente serão considerados os títulos obtidos até a data prevista para o término da inscrição preliminar.
- 5.6 O Concurso de Títulos não é eliminatório, sendo que os pontos obtidos, de 0 (zero) a 10 (dez), serão somados à média final do candidato para efeito de classificação.

6 DO PROGRAMA

- 6.1 O programa para as provas está contido no Anexo da Resolução Administrativa nº 907/2002 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, com as alterações introduzidas pela Resolução Administrativa nº 1046/2005, que integra este edital.

7 DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

7.1 IMPUGNAÇÕES À COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

- 7.1.1 O candidato pode impugnar a composição das Comissões de Concurso e Examinadoras, no prazo de 08 (oito) dias, contados do deferimento de sua inscrição preliminar, mediante petição escrita dirigida ao Presidente da Comissão de Concurso.
- 7.1.2 Constitui razão de impedimento dos componentes das Comissões de Concurso e examinadoras a amizade íntima, a inimizade capital e o parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos. Igualmente constitui impedimento o vínculo funcional entre membro de Comissão Examinadora e candidato que lhe preste serviço diretamente.
- 7.1.3 Julgada procedente a impugnação, far-se-á a substituição imediata do impugnado.

7.2 DOS RECURSOS AO RESULTADO DA PROVA DA 1ª FASE (PROVA OBJETIVA)

- 7.2.1 Os recursos relativos ao resultado da prova da 1ª Fase – Prova Escrita Objetiva – deverão ser motivados e entregues na Secretaria da Comissão de Concurso no prazo de 08 (oito) dias, contados da publicação da relação dos classificados na 1ª fase do concurso.
- 7.2.2 Recebido o recurso, a Comissão Examinadora julgará e encaminhará à Comissão de Concurso o resultado para publicação da classificação definitiva dos candidatos habilitados na 1ª fase, da qual não caberá nenhum recurso.

8 DA CLASSIFICAÇÃO

- 8.1 A classificação dos candidatos far-se-á em função da média aritmética obtida pelos mesmos, apurando-se esta pela soma das notas alcançadas nas provas de Conhecimentos Específicos (2ª fase), Prática (3ª fase) e Oral (4ª fase), dividindo o resultado por 3 (três), ao qual serão acrescidos os pontos pertinentes à prova de títulos.
- 8.2 Em caso de empate, após o somatório das notas obtidas na prova de títulos, terá preferência, na ordem de classificação, o candidato que, sucessivamente, tenha obtido melhor nota nas provas prática, conhecimentos específicos, oral e de títulos, nessa ordem.
- 8.3 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.
- 8.4 Considerar-se-á, de logo, eliminado o candidato que, em qualquer das provas das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª fases, obtiver média inferior a 05 (cinco).

8.5 Será considerado aprovado o candidato que, nas provas dos itens 4.1.2 a 4.1.4, tiver média final igual ou superior a 05 (cinco).

8.6 A relação dos candidatos que não lograrem aprovação, em qualquer das provas, não será divulgada.

9 DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 A Comissão do Concurso enviará a relação dos candidatos aprovados, segundo a ordem de classificação, ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, para efeito de homologação e proclamação do resultado, em sessão pública, anunciada pelo Diário Oficial do Estado da Paraíba, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

9.2 Homologado o concurso, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região providenciará a publicação do nome dos candidatos aprovados, por ordem de classificação, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

9.3 O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, após o cumprimento do item anterior, procederá à nomeação dos candidatos aprovados, para preenchimento das vagas existentes, observada a ordem rigorosa de classificação.

10 DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, a contar da publicação da lista definitiva dos candidatos aprovados, podendo ser prorrogado uma única vez, no máximo por igual período, a critério exclusivo do Tribunal.

10.2 Todas as despesas referentes a viagens, cursos, alimentação, estada para a realização de provas e ao atendimento a qualquer convocação do Presidente do Tribunal, da Comissão de Concurso e das Bancas Examinadoras correrão por conta exclusiva do candidato.

10.3 A Secretária da Comissão do Concurso lavrará atas de todos os atos praticados, mantendo sob sua guarda a documentação relativa ao concurso, e, mediante despacho do Presidente da Comissão, recolhê-las-à ao arquivo do Tribunal, após concluídos os trâmites do concurso. Encerrado o prazo de validade do concurso, a documentação poderá ser destruída.

10.4 A taxa de inscrição não será restituída em nenhuma hipótese.

10.5 Não será aceito requerimento que não estiver devidamente instruído.

10.6 Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso.

João Pessoa, 13 de junho de 2005.

JUIZ AFRÂNIO NEVES DE MELO
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e da
Comissão de Concurso para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto

ANEXO I

EXMO. SR. JUIZ PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PARA O CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO.

INSCRIÇÃO Nº _____

FOTO 3X4

Nome _____

Filiação _____ e _____

Data de Nascimento ___/___/___ Sexo ___ Estado Civil _____

RG nº _____ CPF/MF Nº _____

Nacionalidade _____ Natural de: _____

OAB Nº (Se Advogado Inscrito) _____ Título de Eleitor Nº _____

Cert. de Reservista Nº (sexo masculino) _____

Diplomado (a) pela _____

Data de Expedição do Diploma ___/___/___

Diploma Registrado no MEC sob o Nº _____ em ___/___/___

Endereço Residencial _____

Nº _____ Bairro _____ Cidade/UF _____

CEP _____ Fone () _____ Celular () _____

E-mail _____

Endereço Comercial _____ Nº _____

Bairro _____ Cidade/UF _____

CEP _____ Fone () _____

Portador de Deficiência: Sim _____ Não _____

Requer a sua inscrição preliminar no XI Concurso para Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 13ª Região, declarando:

- a) Que é brasileiro;
- b) Que é diplomado em Direito;
- c) Que se acha quite com as obrigações resultantes da Legislação Eleitoral e do Serviço Militar;
- d) Que goza de boa saúde;
- e) Que não registra antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- f) Que não sofreu, no exercício da advocacia ou função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;

g) Que conhece e está de acordo com a instrução reguladora deste concurso, baixada pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, mediante Resolução Administrativa nº 907/2002, publicada no Diário da Justiça da União em 03/12/2002, e republicada em face das alterações introduzidas pela Resolução Administrativa nº 1046/2005, e pelo Edital do referido concurso;

Declara, ainda, que se compromete a prestar todas as informações que lhe forem solicitadas pela Comissão do Concurso, obrigando-se, também, a submeter-se oportunamente aos exames médicos e laboratoriais exigidos, os quais sabe serem eliminatórios e o respectivo laudo irrecorrível. O (a) requerente também concorda, expressamente, em que o despacho deferitório da inscrição possa ser reexaminado a qualquer momento e, se for o caso, cancelado pela Comissão do Concurso.

E, por último, assume integral responsabilidade pelas declarações aqui prestadas, afirmando que são expressão da verdade.

Nestes termos,

Pede deferimento

João Pessoa, _____ de _____ de 2005.

Candidato (a) ou Procurador (a)

Em cumprimento ao item 2.1.8 do Edital, forneço nomes e dados das autoridades ou professores universitários por mim indicados:

1.Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____ n° _____ Fone () _____

Bairro: _____ Cidade/UF: _____ CEP: _____

2.Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____ n° _____ Fone () _____

Bairro: _____ Cidade/UF: _____ CEP: _____

3. Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____ n° _____ Fone () _____

Bairro: _____ Cidade/UF: _____ CEP: _____

Também em cumprimento ao disposto no item 2.1.10 do Edital, forneço, em ordem cronológica, os períodos de atuação como Juiz, Membro do Ministério Público, Advogado ou Titular de Função Técnico-jurídica, pública ou privada, precisando o local e a época de exercício de cada um deles e nomeando as principais autoridades com as quais servi ou estive em contato, bem como seus endereços atuais e respectivos telefones:

1. Órgão /Empresa : _____

Função: _____

Período de: _____ / _____ / _____ a _____ / _____ / _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF : _____ CEP: _____

Autoridade que pode informar sobre o período de atuação:

Nome: _____

Função: _____

Endereço: _____ n° _____

Bairro: _____ Cidade/UF: _____ CEP: _____

Fones: _____

2. Órgão /Empresa : _____

Função: _____

Período de: ____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF : ____ CEP: _____

Autoridade que pode informar sobre o período de atuação:

Nome: _____

Função: _____

Endereço: _____ nº _____

Bairro: _____ Cidade/UF: _____ CEP: _____

Fones: _____

Comprovante
de depósito

(assinatura do candidato ou procurador)

ANEXO II

DECLARAÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Declaro, sob as penas da Lei, que sou portador (a) de deficiência, nos termos em que a considera o art.4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União, de 21/12/1999.

João Pessoa,de.....de 2005.

ANEXO III

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A INSCRIÇÃO DEFINITIVA, RESSALVADAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO ITEM 2.3.3 DO EDITAL, E RESPECTIVOS PRAZOS DE VALIDADE.

- 1- Certidão de nascimento ou certidão de casamento;
- 2- Diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado;
- 3- Título eleitoral acompanhado de comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral, provando estar quite com as obrigações eleitorais;
- 4- Certificado de reservista, ou de dispensa de incorporação ou certidão expedida pelo órgão militar competente;
- 5- Atestado médico de clínico geral, comprovando que goza de boa saúde (alínea "d" do item 2.1.7 e item 2.3.3 do Edital) - 90 dias;
- 6- Certidão negativa dos distribuidores criminais nos lugares de residência do candidato, nos últimos 05 (cinco) anos - 180 dias;
- 7- Atestado de bons antecedentes da Polícia Federal - 90 dias;
- 8 - Atestado de bons antecedentes da Polícia Estadual - 90 dias;
- 9- Certidão da Justiça Federal - 90 dias;
- 10- Certidão da Justiça Militar Federal (Auditoria da Justiça Militar Federal) - 90 dias;
- 11- Certidão negativa expedida por órgão público a que esteja vinculado o candidato - 60 dias;
- 12- Certidão negativa expedida pela OAB (se advogado inscrito) - 30 dias.

Obs.: Documentos apresentados em fotocópias deverão estar autenticados em Cartório.

ANEXO IV

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DO XI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

COMISSÃO CENTRAL DO CONCURSO:

PRESIDENTE: Exmo. Sr. Juiz Afrânio Neves de Melo
SUPLENTE: Exma. Sra. Juíza Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega
TITULAR: Exmo. Sr. Juiz Vicente Vanderlei Nogueira de Brito
SUPLENTE: Exmo. Sr. Juiz Edvaldo de Andrade
REP. OAB/PB: Dr. José Mário Porto Junior
SUPLENTE: Dr. José Ricardo Porto

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA OBJETIVA - 1ª FASE:

PRESIDENTE: Exmo. Sr. Juiz Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho
SUPLENTE: Exmo. Sr. Juiz Paulo Roberto Vieira Rocha
TITULAR: Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
SUPLENTE: Exmo. Sr. Juiz Antônio Eudes Vieira Junior
REP. OAB/PB: Dr. Geilson Salomão Leite
SUPLENTE: Dr. Dirceu Marques Galvão Filho

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA DISSERTATIVA - 2ª FASE:

PRESIDENTE: Exma. Sra. Juíza Helena Delgado Ramos Fialho Moreira
SUPLENTE: Exmo. Sr. Juiz Paulo Henrique Tavares da Silva
TITULAR: Exmo. Sr. Juiz Wolney de Macedo Cordeiro
SUPLENTE: Exma. Sra. Juíza Margarida Alves de Araújo Silva
REP. OAB/PB: Dr. Delosmar Mendonça Júnior
SUPLENTE: Dr. Walter Agra Júnior

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA PRÁTICA (SENTENÇA) - 3ª FASE:

PRESIDENTE: Exmo. Sr. Juiz Ubiratan Moreira Delgado
SUPLENTE: Exma. Sra. Juíza Roberta de Paiva Saldanha
TITULAR: Exmo. Sr. Juiz Cláudio Pedrosa Nunes
SUPLENTE: Exma. Sra. Juíza Herminegilda Leite Machado
REP. OAB/PB: Dr. José Edísio Simões Souto
SUPLENTE: Dr. Paulo Guedes Pereira

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA ORAL – 4ª FASE:

PRESIDENTE: Exma. Sra. Ministra Maria Cristina Peduzzi
SUPLENTE: Exma. Sra. Juíza Ana Maria Ferreira Madruga
TITULAR: Exmo. Sr. Juiz Afrânio Neves de Melo
SUPLENTE: Exmo. Sr. Juiz Paulo Henrique Tavares da Silva
REP. OAB/PB: Dr. José Mário Porto Junior
SUPLENTE: Dr. José Ricardo Porto

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA DE TÍTULOS

PRESIDENTE:	Exmo. Sr. Juiz Afrânio Neves de Melo
SUPLENTE:	Exma. Sra. Juíza Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega
TITULAR:	Exmo. Sr. Juiz Vicente Vanderlei Nogueira de Brito
SUPLENTE:	Exmo. Sr. Juiz Edvaldo de Andrade
REP. OAB / PB	Dr. José Mário Porto Junior
SUPLENTE:	Dr. José Ricardo Porto

TRIBUNAL PLENO
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 907/2002 (*)

CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.mo Ministro Presidente, Francisco Fausto, presentes os Ex.mos Ministros Vantuil Abdala, Vice-Presidente, Ronaldo Lopes Leal, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Gelson de Azevedo, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes e Renato de Lacerda Paiva e o Ex.mo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso,

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho é o órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, conforme hierarquia prevista nos art. 111 da Constituição da República e 644 da Consolidação das Leis do Trabalho;

Considerando que, em face dessa graduação, compete, privativamente, ao Tribunal Superior do Trabalho, no âmbito da Justiça do Trabalho e nos termos do art. 96, inciso II, da Constituição da República, propor ao Poder Legislativo, observado o disposto no art. 169 da mesma Carta Magna, a alteração do número de membros dos tribunais inferiores; a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores; a criação e a extinção dos tribunais inferiores;

Considerando que, em virtude dessas disposições constitucionais, o art. 646 da Consolidação das Leis do Trabalho continua em plena vigência, já que perfeita a sua consonância com o texto constitucional, ao preceituar que "os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho";

Considerando que o art. 111, § 3º, da Constituição da República preceitua que "a lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho";

Considerando que o art. 654, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, ao estabelecer que os concursos públicos de provas e títulos destinados ao preenchimento do cargo de Juiz do Trabalho Substituto serão organizados "de acordo com as instruções expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho", foi recepcionado pela Constituição vigente, já que prescreve uma regra de competência;

Considerando ser de toda a conveniência que as instruções para o concurso destinado ao provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto guardem uniformidade em todo o território nacional, principalmente no que diz respeito à preparação jurídica dos futuros magistrados, para garantir-lhes um elevado grau de qualificação intelectual e profissional;

Considerando a conveniência de aprimoramento de tais instruções, ainda que transitoriamente, enquanto não sobrevém a instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça do Trabalho, bem assim a necessidade de atualização do programa do Concurso, adaptando-o à evolução da Ciência Jurídica,

R E S O L V E baixar as seguintes Instruções destinadas a regular o referido concurso:

Art. 1º O ingresso na Magistratura do Trabalho far-se-á no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos e nomeação por ato do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho respectivo, sendo exigidos do bacharel em Direito, na data da nomeação, três anos, no mínimo, de atividade jurídica, nos termos do artigo 35. (NR).

Art. 2º O concurso a que se refere o artigo anterior será realizado pelo Tribunal do Trabalho da respectiva Região, de acordo com estas Instruções e as normas legais aplicáveis.

Art. 3º O Tribunal Regional do Trabalho ou o respectivo Órgão Especial, onde houver, determinará a realização do concurso, desde que ocorra qualquer das seguintes hipóteses:

- a) extinção do prazo de validade do último concurso realizado;
- b) conveniência de realização imediata de novo concurso, mesmo antes da nomeação de todos os candidatos anteriormente aprovados.

Parágrafo único. No caso da alínea "b" deste artigo, os candidatos anteriormente aprovados terão preferência, para fins de nomeação, sobre os candidatos aprovados no novo concurso.

Art. 4º No ato em que determinar a realização do concurso, o Tribunal ou o Órgão Especial designará Comissão composta de seu Presidente, de um de seus juízes togados e de um representante indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil da sede da Região, cabendo ao primeiro a presidência dos trabalhos.

§ 1º Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente do Tribunal; o juiz togado, pelo seu suplente; o representante da OAB, por outro advogado que a entidade tenha indicado.

§ 2º O representante da Ordem dos Advogados do Brasil e seu suplente serão indicados pela Seccional Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil onde estiver sediado o Tribunal.

§ 3º O Presidente da Comissão de Concurso designará, para servir como Secretário, um dos servidores lotados na sede da respectiva Região.

Art. 5º Compete à Comissão tomar todas as providências relativas à realização do concurso e designar as Comissões Examinadoras, em número igual ao das provas a serem realizadas, *ad referendum* do Tribunal em sua composição plenária ou de seu Órgão Especial.

Art. 6º Compete ao Secretário da Comissão auxiliá-la em tudo quanto se tornar necessário e prestar assistência às Comissões Examinadoras.

Art. 7º A inscrição será aberta mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e dos Estados compreendidos na jurisdição do TRT, por 03 (três) vezes, com intervalo de, pelo menos, 05 (cinco) dias entre cada publicação e afixado no quadro de avisos e editais do Tribunal, facultada a divulgação por qualquer outro meio de comunicação.

§ 1º Do aviso constarão:

I - a remissão à Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho que rege o concurso para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, com indicação da data da respectiva publicação no Diário da Justiça da União;
II - os locais onde poderá ser encontrado o Edital de Concurso.

III - prazo para inscrição.

§ 2º A Comissão, na medida do possível, diligenciará no sentido de que a abertura da inscrição seja também divulgada nos órgãos de imprensa e na sede de outros Regionais.

Art. 8º Constarão do edital, obrigatoriamente:

- a) o prazo de inscrição, que será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da última publicação do aviso no Órgão Oficial da União;
- b) a relação dos documentos necessários à inscrição;
- c) a composição da Comissão de Concurso e das Comissões Examinadoras, inclusive com os respectivos suplentes;
- d) a indicação das provas a serem realizadas, com especificação de sua natureza, e do programa do concurso elaborado pelo Tribunal Superior do Trabalho para cada disciplina;
- e) as informações consideradas necessárias ao perfeito esclarecimento dos interessados.

Art. 9º O requerimento de inscrição será dirigido, por escrito, pelo candidato ou procurador habilitado, ao Presidente da Comissão de Concurso.

§ 1º No ato da inscrição preliminar, o interessado exhibirá documento oficial de identidade e apresentará declaração, segundo modelo aprovado pela Comissão de Concurso, na qual, sob as penas da lei, indicará:

- a) que é brasileiro (art. 12 da Constituição da República);
- b) que é diplomado em Direito, mencionando o nome do estabelecimento onde se graduou, a data da expedição do diploma e o número e a data do respectivo registro;
- c) que se acha quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e do serviço militar;
- d) que goza de boa saúde;
- e) que não registra antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;
- f) que não sofreu, no exercício da advocacia ou de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;
- g) que tem conhecimento das exigências contidas nas presentes instruções e com as quais está de acordo;

§ 2º Se pretender concorrer às vagas de que trata o art. 40 da presente Resolução, deverá declarar-se, sob as penas da lei, pessoa portadora de deficiência, nos termos em que a considera o art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União, de 21/12/1999;

a) se for o caso, juntar ao requerimento de inscrição preliminar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e à provável causa da deficiência.

§ 3º No mesmo ato, o interessado fornecerá (02) dois retratos de frente, tamanho 3 X 4 centímetros, e indicará nome e endereço de 03 (três) pessoas (autoridades ou professores universitários) que possam, a critério da Comissão de Concurso, prestar informações sobre o requerente.

§ 4º O interessado fornecerá, ainda, em ordem cronológica, os períodos de atuação como juiz, membro do Ministério Público, advogado ou titular de função técnico-jurídica, pública ou privada, precisando o local e a época de exercício de cada um deles e nomeando as principais autoridades com as quais serviu ou esteve em contato, bem como os seus endereços atuais e o número dos respectivos telefones.

§ 5º Aos candidatos inscritos será fornecido cartão de identidade.

§ 6º Para a inscrição definitiva, a ser feita após aprovação na primeira prova escrita (alínea "a" do art. 15 e seu § 1º), a Comissão de Concurso exigirá do candidato habilitado à segunda fase, inclusive do candidato portador de deficiência, os documentos relativos à confirmação das declarações das alíneas "a" a "g", do parágrafo 1º, pelo modo, forma, prazo que estabelecer, sob pena de indeferimento da inscrição definitiva.

§ 7º O candidato que estiver no exercício de cargo da Magistratura e do Ministério Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e Territórios fica dispensado do cumprimento das exigências das alíneas "c", "e" e "f".

§ 8º Será processada como inscrição de candidato normal a requerida por aquele que invoque a condição de deficiente, mas deixe de atender, em seus exatos termos, às exigências previstas no parágrafo 2º, *caput*, e alínea "a".

§ 9º O candidato portador de deficiência, que necessite de tratamento diferenciado para se submeter às provas, deverá requerê-lo, por escrito, à Comissão de Concurso, no ato da inscrição preliminar, indicando claramente, para tanto, quais as providências especiais de que carece.

Art. 10. No requerimento de inscrição preliminar, o candidato consignará seu endereço particular, local de trabalho e número do telefone, se for o caso, para que lhe sejam feitas comunicações referentes aos atos do concurso.

Art. 11. Os requerimentos de inscrição serão autuados separadamente.

Art. 12. A comprovação do estado de saúde do candidato, para o fim da inscrição definitiva a que se refere a alínea "d" do § 1º do art. 9º, será feita através de atestado médico de clínico geral, importando sua não apresentação ou desconformidade com a declaração no indeferimento da inscrição definitiva, nulidade da aprovação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

Parágrafo único. A comprovação a que se refere o *caput* deste artigo não exige o candidato que vier a ser aprovado em definitivo no concurso de submeter-se aos exames médicos e laboratoriais exigidos para a posse em cargo público, quando esta ocorrer.

Art. 13. A Comissão de Concurso investigará a idoneidade moral do candidato, deferindo ou indeferindo a inscrição definitiva, tendo em vista os requisitos do art. 9º destas Instruções e o resultado obtido através da investigação sobre a conduta do candidato.

Parágrafo único. Garantido à Comissão de Concurso o sigilo da fonte de informação, o candidato, se o desejar, terá notícia dos motivos do indeferimento da inscrição.

Art. 14. A Comissão de Concurso fará publicar, uma única vez, no Diário Oficial da União e do Estado ou dos Estados compreendidos na jurisdição do respectivo Tribunal Regional, a lista dos candidatos inscritos.

Art. 15. O concurso constará de 05 (cinco) fases realizadas sucessivamente na seguinte ordem:

- a) prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil e Direito Comercial;
- b) prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Civil;
- c) prova prática — elaboração de uma sentença trabalhista;
- d) prova oral de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional e Direito Processual Civil;
- e) prova de títulos.

§ 1º A primeira prova escrita (alínea "a"), englobando todas as matérias, constará de 100 (cem) questões objetivas, cada uma delas obrigatoriamente com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma) correta. As questões serão agrupadas, preferencialmente, por disciplina ou explicitar-se-á sob a ótica de que disciplina a questão é formulada. Esta prova será realizada em 2 (duas) etapas de 50 (cinquenta) quesitos cada e em dias consecutivos, para todos os candidatos.

§ 2º Na aferição da prova prevista na alínea "a", as questões terão o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que:

- a) acertar pelo menos 50 (cinquenta) questões;
- b) estiver classificado entre os 200 (duzentos) primeiros candidatos.

§ 3º - No caso de empate na 200ª (ducentésima) posição, serão convocados para a 2ª fase todos os candidatos que, nessa posição, tenham obtido a mesma nota.

§ 4º - O candidato que obtiver, por meio de recurso, nota igual ou superior à que definiu a 200ª (ducentésima) posição, não prejudicará os que, na primeira publicação, já tenham obtido a classificação.

§ 5º - As provas das fases previstas nas alíneas "a" a "d" do art. 15 terão caráter eliminatório.

Art. 16. A Comissão de Concurso desempenhará as funções de Comissão Examinadora da prova de títulos.

Art. 17. As demais Comissões Examinadoras serão compostas de 03 (três) membros, dos quais 02 (dois) indicados pela Comissão de Concurso dentre juristas, juízes ou não, e 01 (um) pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o disposto no § 2º do artigo 4º.

Parágrafo único. Haverá igual número de membros suplentes que poderão ser convocados, independentemente de afastamento ou impedimento do titular, para auxiliar na elaboração, aplicação e correção de qualquer das provas.

Art. 18. Os candidatos poderão impugnar, no prazo de 8 (oito) dias, contado do deferimento de sua inscrição provisória, a composição das Comissões de Concurso e Examinadoras, mediante petição escrita dirigida ao Tribunal ou Órgão Especial.

§ 1º Constitui razão de impedimento dos componentes das Comissões de Concurso e Examinadoras a amizade íntima, a inimizade capital e o parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos. Igualmente constitui impedimento o vínculo funcional entre membro de Comissão Examinadora e candidato que lhe preste serviço diretamente.

§ 2º Julgada procedente a impugnação, far-se-á a substituição imediata do impugnado.

Art. 19. O programa para a prova oral da alínea "d" do art. 15 constará, no mínimo, de 40 (quarenta) e, no máximo, de 60 (sessenta) pontos e será elaborado pela Comissão Examinadora respectiva para efeito de sorteio, com a antecedência prevista no art. 24.

Art. 20. Os títulos serão apresentados pelos candidatos que obtiverem aprovação nas provas escritas e oral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da divulgação do resultado desta.

§ 1º Os títulos serão apreciados em conjunto (art. 16), tendo como gabarito de pontos o estabelecido pela Comissão respectiva.

§ 2º Somente serão considerados os títulos obtidos até a data prevista para o término das inscrições provisórias.

Art. 21. Consideram-se títulos:

- a) trabalhos jurídicos reveladores da cultura geral do candidato, como livros, ensaios, teses, estudos, monografias etc;
- b) exercício do magistério em curso jurídico;
- c) exercício de cargo de Magistratura, Ministério Público ou para cujo desempenho se pressuponha conhecimento jurídico;
- d) aprovação em concurso para os cargos a que aludem as alíneas "b" e "c" deste artigo;
- e) conclusão de cursos de pós-graduação em matéria jurídica;
- f) participação ativa em congressos jurídicos, com proferimento de conferência, defesa de tese, participação em painel ou comissão;
- g) o *curriculum* universitário de aluno laureado em Faculdade de Direito;
- h) outros documentos que, a juízo da Comissão de Concurso, revelem cultura jurídica e valorizem o *curriculum vitae* do candidato.

§ 1º Não constituem títulos:

- a) mero exercício de função pública para a qual não se exija conhecimento especializado em Direito;
- b) trabalho cuja autoria exclusiva do candidato não possa ser apurada;
- c) certificado de conclusão de cursos de qualquer natureza, quando a aprovação do candidato resultar de mera frequência;
- d) atestados de capacidade técnica ou de boa conduta profissional;
- e) trabalhos forenses (sentenças, pareceres, razões de recursos, etc.).

§ 2º A comprovação dos títulos relacionados pelo candidato deve ser feita através de documento considerado hábil pela Comissão de Concurso.

Art. 22. A prova escrita do art. 15, alínea "a", será pré-elaborada pela Comissão Examinadora, com o indispensável sigilo, constando de questões sobre a matéria contida nos programas do concurso, de modo a permitir a avaliação do conhecimento jurídico dos candidatos.

Art. 23. A prova prática, que constará de sentença trabalhista, com base em proposição pré-elaborada, consistirá na solução objetiva de caso concreto e visará à avaliação do conhecimento especializado do candidato e o seu desempenho como julgador.

Art. 24. Na prova oral, o candidato discorrerá e responderá a perguntas da Comissão Examinadora, a juízo desta, em ato público, na sede do Tribunal, sobre ponto do programa sorteado com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a juízo da Comissão Examinadora.

Art. 25. As provas escritas e a prova prática terão a duração de 04 (quatro) horas, cada uma, e, na prova oral, que não excederá de 60 (sessenta) minutos para cada candidato, o tempo será dividido, proporcionalmente, entre os membros da Comissão Examinadora.

Art. 26. Durante a realização das provas será proibida a consulta a quaisquer anotações, sendo facultado recorrer a textos legais sem comentários ou notas explicativas, exceto quanto à prova da alínea "a" do art. 15.

Art. 27. A Comissão de Concurso comunicará aos candidatos o calendário das provas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, considerando-se desclassificado o candidato que infringir o disposto no artigo anterior ou que não se apresentar no dia, hora e lugar previamente designados para realização de quaisquer das provas.

Art. 28. Os candidatos terão ingresso no recinto e serão chamados para sorteio do ponto da prova oral na ordem de inscrição, devendo exhibir, no ato, o cartão de identidade previsto no parágrafo 5º do art. 9º destas Instruções.

Art. 29. A Comissão de Concurso providenciará para que as provas escritas e prática cheguem às Comissões Examinadoras sem identificação.

§ 1º O candidato, ao entregar a prova, receberá comprovante de seu comparecimento.

§ 2º O candidato que tornar identificável a prova será sumariamente desclassificado.

Art. 30. Os examinadores entregarão ao Secretário da Comissão de Concurso, em sobrecartas fechadas, as notas das provas previstas nas alíneas "b" e "c" do art. 15, segundo a ordem de numeração da entrega das provas. Cada examinador atribuirá nota individual, em relação a cada prova, podendo oscilar de 0 (zero) a 10 (dez), expressa necessariamente em número inteiro. Não será permitido o fracionamento, quer da correção, quer da nota individual.

§ 1º É vedado ao examinador lançar na prova qualquer observação, nota ou cota interlinear.

§ 2º Concluída a correção de cada prova por todos os examinadores, a Comissão de Concurso, em sessão pública, abrirá os envelopes. O Secretário da Comissão de Concurso apurará a média das notas conferidas aos candidatos, pelos examinadores, que poderá ser fracionária, sendo de imediato proclamado o resultado.

§ 3º É vedado, a qualquer título, o arredondamento de médias, inclusive da média final.

§ 4º A identificação da prova objetiva ocorrerá também em sessão pública, presentes a Comissão de Concurso e a respectiva Comissão Examinadora.

Art. 31. Considerar-se-á, de logo, eliminado o candidato que, em qualquer uma das provas de que tratam as alíneas "b" a "d" do art. 15, obtiver média inferior a 05 (cinco).

Parágrafo único. O concurso de títulos não é eliminatório. Os pontos obtidos, de 0 (zero) a 10 (dez), serão somados à média final do candidato para efeito de classificação.

Art. 32. Será considerado aprovado o candidato que, nas provas das alíneas "b" a "d" do art. 15, obtiver média final igual ou superior a 05 (cinco).

§ 1º A classificação dos candidatos far-se-á em função da média aritmética obtida, apurando-se esta pela soma das notas alcançadas nas provas das alíneas "b" a "d" do art. 15, dividido o resultado por 03 (três), à qual serão acrescidos os pontos pertinentes à prova de títulos.

§ 2º Em caso de empate, após o somatório das notas obtidas na prova de títulos, terá preferência, na ordem de classificação, o candidato que, sucessivamente, houver obtido melhor nota nas provas indicadas nas alíneas "c", "b", "d" e "e" do art. 15 destas Instruções, nessa ordem.

§ 3º Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

Art. 33. A Comissão do Concurso enviará a relação dos candidatos aprovados, segundo a ordem de classificação, ao Tribunal Regional do Trabalho ou Órgão Especial, para efeito de homologação e proclamação do resultado, em sessão pública, anunciada pelo Diário Oficial do lugar em que se realizou o concurso, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 34. Homologado o concurso, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho providenciará a publicação do nome dos candidatos aprovados, por ordem de classificação, no Diário Oficial do lugar em que se realizou o concurso e no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. A relação dos candidatos que não lograram aprovação, em qualquer das provas, não será divulgada.

Art. 35. O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, no 30º (trigésimo) dia após a publicação da homologação do concurso, procederá à nomeação dos candidatos aprovados, para preenchimento das vagas existentes, observada a ordem rigorosa de classificação e a comprovação de que possuam, na data da nomeação, três anos, no mínimo, de atividade jurídica. (NR)

§ 1º A data de nomeação será prorrogada para o 1º (primeiro) dia útil seguinte à do vencimento se recair em dia em que não há expediente no Tribunal. (NR)

§ 2º Todos os candidatos aprovados no concurso deverão apresentar a documentação comprobatória do tempo de atividade jurídica até a data designada para a primeira nomeação. (NR)

§ 3º Ressalvada a hipótese do § 4º, os candidatos aprovados e que não provem, na data da nomeação, os 3 (três) anos de atividade jurídica de que trata este artigo não serão desclassificados imediatamente e poderão ser nomeados para vagas que surgirem durante o prazo de validade do concurso, desde que, nesse período, completem o mencionado requisito temporal, mantida a ordem rigorosa de classificação. (NR)

§ 4º Se não houver candidatos aprovados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes, que atendam à exigência de três anos de atividade jurídica, o concurso perderá a validade. (NR)

§ 5º Considera-se atividade jurídica o efetivo exercício, por prazo não inferior a 3 (três) anos, ainda que não consecutivos: (NR)

a) da advocacia, sob inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

b) de cargo, emprego ou função pública, ou magistério jurídico, privativos de bacharel em Direito, sejam efetivos, permanentes ou de confiança; e

c) na condição de bacharel em Direito, de cargo, emprego ou função pública de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.

§ 6º A atividade jurídica, como advogado, sem contar estágio, será comprovada mediante certidão expedida por cartórios ou secretarias judiciais relativamente aos processos em que haja funcionado o candidato, ou por cópia autenticada de atos privativos, e, em qualquer caso, acompanhada de certidão de inscrição na OAB, relativa a todo o período. (NR)

§ 7º Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima em cinco atos privativos de advogado (Lei nº 8.906, de 04.07.1994, art. 1º), em causas distintas. (NR)

§ 8º A comprovação de exercício de atividade jurídica, nos demais casos, dar-se-á mediante apresentação de cópia do respectivo ato de nomeação, contratação ou designação acompanhada da norma legal ou ato normativo outro que discipline os requisitos do cargo, emprego ou função, ou mediante certidão ou declaração fornecida pelo órgão ou entidade competente, sob as penas da lei. (NR)

Art. 36. O Secretário da Comissão de Concurso lavrará atas de todos os atos praticados, mantendo sob sua guarda a documentação relativa ao concurso e, mediante despacho do Presidente da Comissão, recolhê-las-á ao arquivo do Tribunal, após concluídos os trâmites do concurso. Encerrado o prazo de validade do concurso, a documentação poderá ser destruída.

Art. 37. O concurso será válido pelo prazo de 02 (dois) anos, contado da publicação da lista definitiva dos candidatos aprovados, podendo ser prorrogado uma única vez, no máximo por igual prazo, a critério exclusivo do Tribunal Regional ou Órgão Especial. (NR)

§ 1º A nomeação para as novas vagas abertas durante o período de validade do concurso dar-se-á no 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data de abertura da vaga, observada a ordem de classificação no concurso e o disposto no § 1º do art. 35º. (NR)

§ 2º Sempre que houver nova vaga aberta durante a vigência do concurso haverá a publicação, no Diário Oficial da União, da data em que se dará a nomeação para preenchimento da vaga respectiva, devendo os candidatos aprovados comprovar a exigência relativa à atividade jurídica, nos termos do § 2º do artigo 35. (NR)

Art. 38. O candidato recolherá ao Tesouro Nacional, em conta do Banco do Brasil S.A. a ser indicada pelo Tribunal Regional do Trabalho no edital do concurso, taxa de inscrição no valor de 1,5% (um vírgula cinco por cento) da remuneração do cargo de Juiz do Trabalho Substituto, admitido arredondamento de centavos para real, cujo comprovante deverá ser anexado ao requerimento de que trata o art. 9º desta Resolução.

Parágrafo único. As despesas efetuadas na realização do concurso obedecerão às normas de direito financeiro aplicáveis e integrarão a tomada ou prestação de contas dos responsáveis junto ao Tribunal de Contas da União.

Art. 39. Todas as despesas referentes a viagens, cursos, alimentação, estada para a realização de provas e ao atendimento a qualquer convocação do Presidente do Tribunal, da Comissão de Concurso e das Bancas Examinadoras, correrão por conta exclusiva do candidato.

Art. 40. Reservar-se-ão às pessoas portadoras de deficiência 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas no edital do concurso, arredondado para o número inteiro imediatamente superior, caso fracionário o resultado da aplicação do percentual.

§ 1º Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

§ 2º O candidato portador de deficiência aprovado na prova a que se refere a alínea "c" do art. 15 submeter-se-á, em dia e hora designados pela Comissão de Concurso, sempre antes da realização da prova oral, à avaliação

de Comissão Multiprofissional quanto à existência e compatibilidade da deficiência com as atribuições inerentes à função judicante.

§ 3º A Comissão Multiprofissional, designada pela Comissão de Concurso, será composta por 02 (dois) médicos e 03 (três) juizes do Tribunal Regional do Trabalho, cabendo ao mais antigo destes presidi-la.

§ 4º A Comissão Multiprofissional, necessariamente até 03 (três) dias antes da data fixada para a realização da prova oral, proferirá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente e sobre a sua aptidão para o desempenho do cargo.

§ 5º A seu juízo, a Comissão Multiprofissional poderá solicitar parecer de profissionais capacitados na área da deficiência que estiver sendo avaliada, os quais não terão direito a voto.

§ 6º Concluindo a Comissão Multiprofissional pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência, passará o candidato a concorrer às vagas não reservadas.

§ 7º O candidato portador de deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas, utilizando-se das vagas reservadas somente quando, tendo sido aprovado, for insuficiente a classificação obtida no quadro geral de candidatos para habilitá-lo à nomeação.

§ 8º Os candidatos portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas, ressalvada, quanto à forma de prestação das provas, a deliberação da Comissão de Concurso ao requerimento previsto no art. 9º, § 9º.

§ 9º Não preenchidas por candidatos portadores de deficiência as vagas reservadas, serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem de classificação no concurso.

§ 10º A classificação de candidatos portadores de deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

Art. 41. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Concurso.

Art. 42. Estas Instruções entrarão em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os concursos abertos até a data de vigência destas Instruções deverão reger-se pelas anteriores.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Resoluções Administrativas nº 116/82, 14/82, 07/92, 10/89, 73/91, 20/92, 174/95, 324/96, 492/98, 100/94 e 111/94, do Tribunal Superior do Trabalho.

Sala de Sessões, 21 de novembro de 2002.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO

Diretor-Geral de Coordenação Judiciária

(*) Republicação em face das alterações introduzidas pela Resolução Administrativa nº 1046/2005

ANEXO DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 907/2002
PROGRAMA PARA CONCURSO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

- 1) Direito do Trabalho: conceito, características, divisão, natureza, funções, autonomia.
- 2) Fundamentos e formação histórica do Direito do Trabalho. Tendências atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização. Desregulamentação.
- 3) Fontes formais do Direito do Trabalho. Conceito, classificação e hierarquia. Conflitos e suas soluções.
- 4) Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. Métodos básicos de exegese. O papel da equidade. Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Direito adquirido.
- 5) Princípios do Direito do Trabalho. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho. Distinção entre princípio e norma.
- 6) Renúncia e transação no Direito do Trabalho. Comissões de Conciliação Prévia.
- 7) Relação de trabalho e relação de emprego. Estrutura da relação empregatícia: elementos componentes; natureza jurídica.
- 8) Relações de trabalho *lato sensu*: trabalho autônomo, eventual, temporário, avulso. Portuário. Lei nº 8.630/93. Estágio. Cooperativas de mão-de-obra. Contratos de trabalho por equipe.
- 9) Empregado: conceito, caracterização. Altos empregados: trabalhadores intelectuais, exercentes de cargos de confiança. Os diretores e os sócios. Mãe social. Índios. Aprendiz. Empregado doméstico.
- 10) Empregador: conceito, caracterização. Cartório não oficializado. Empresa e estabelecimento. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Consórcio de empregadores. Situações de responsabilização empresarial.
- 11) Trabalho rural: empregador, empregado e trabalhador rural. Normas de proteção ao trabalhador rural.
- 12) Terceirização no Direito do Trabalho. Terceirização lícita e ilícita. Trabalho temporário. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade na terceirização.
- 13) Contrato de emprego: denominação, conceito, classificação, caracterização. Trabalho voluntário. Morfologia do contrato. Elementos integrantes: essenciais, naturais, acidentais.
- 14) Modalidades de contratos de emprego. Tipos de contratos a termo. Contrato de experiência e período de experiência. Contrato de emprego e contratos afins. Diferenças entre contratos de trabalho e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. Pré-contratações: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, hipótese de perdas e danos.
- 15) Formas de invalidade do contrato de emprego. Nulidades: total e parcial. Trabalho ilícito e trabalho proibido. Efeitos da declaração de nulidade.
- 16) Trabalho infantil. Conceito e normas legais aplicáveis. Penalidades. Efeitos da contratação. Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Tratamento legal e constitucional. Os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente: composição e atribuições. (NR)
- 17) Normas de proteção ao trabalhador adolescente. Limites à contratação. Estágio e aprendizagem: conceitos, distinção e características. Direitos do estagiário e do aprendiz. Requisitos para a adoção válida dos regimes de estágio e de aprendizagem. Trabalho voluntário. (NR)
- 18) Efeitos do contrato de emprego: direitos, deveres e obrigações das partes. Efeitos conexos do contrato: direitos intelectuais; invenções do empregado; indenizações por dano moral e material. Os poderes do empregador no contrato de emprego: diretivo, regulamentar, fiscalizatório e disciplinar.
- 19) Duração do trabalho. Fundamentos e objetivos. Jornada de trabalho e horário de trabalho. Trabalho extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. Banco de horas. Horas *in itinere*. Empregados excluídos do direito às horas extras. Art. 62 da CLT. Jornadas especiais de trabalho. Bancário. Função de confiança. Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial.
- 20) Repousos. Repousos intrajornada e interjornada. Repouso semanal e em feriados. Remuneração simples e dobrada. Descanso anual: férias.
- 21) Remuneração e salário: conceito, distinções. Gorjetas. Caracteres e classificação do salário. Composição do salário. Modalidades de salário. Adicionais. Gratificação. Comissões. 13º salário. Parcelas não-salariais. Salário e indenização. Salário *in natura* e utilidades não-salariais.
- 22) Formas e meios de pagamento do salário. Proteção ao salário.
- 23) Equiparação salarial. O princípio da igualdade de salário. Desvio de função.

- 24) Alteração do contrato de emprego. Alteração unilateral e bilateral. Transferência de local de trabalho. Remoção. Reversão. Promoção e rebaixamento. Alteração de horário de trabalho. Redução de remuneração. *Jus variandi*.
- 25) Interrupção e suspensão do contrato de trabalho: conceito, caracterização, distinções. Situações tipificadas e controvertidas.
- 26) Cessação do contrato de emprego: causas e classificação. Rescisão unilateral: despedida do empregado. Natureza jurídica da despedida. Limites. Rescisão unilateral: demissão do empregado. Aposentadoria. Força maior. *Factum principis* Morte. Resolução por inadimplemento das obrigações do contrato. Despedida indireta. Falta grave. Justa causa. Princípios. Espécies.
- 27) Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego. Indenização por tempo de serviço: conceito e fundamento jurídico. Indenização nos casos de contrato a termo. Aviso prévio. Multa do art. 477 da CLT. Procedimentos e direitos concernentes à cessação do contrato. Homologação. Quitação. Eficácia liberatória.
- 28) Estabilidade e garantias provisórias de emprego: conceito, caracterização e distinções. Formas de estabilidade. Teoria da nulidade da despedida arbitrária. Renúncia à estabilidade. Homologação. Despedida de empregado estável. Efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa: readmissão e reintegração. Indenizações rescisórias. Despedida obstativa.
- 29) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- 30) Prescrição e decadência no Direito do Trabalho.
- 31) Segurança e higiene do trabalho. Labor em circunstâncias agressoras da saúde e segurança do empregado. Periculosidade e insalubridade. Trabalho da criança, do menor e da mulher. A discriminação no contrato de trabalho. Trabalho noturno.
- 32) Súmulas da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

- 1) Direito Coletivo do Trabalho: definição, denominação, conteúdo, função. Os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução. Direito Coletivo: o problema das fontes normativas e dos princípios jurídicos.
- 2) Liberdade sindical. Convenção nº 87 da OIT. Organização sindical. Modelo sindical brasileiro. Conceito de categoria. Categoria profissional diferenciada. Dissociação de categorias. Membros da categoria e sócios do sindicato.
- 3) Entidades sindicais: conceito, natureza jurídica, estrutura, funções, requisitos de existência e atuação, prerrogativas e limitações. Garantias sindicais. Sistemas sindicais: modalidades e critérios de estruturação sindical; o problema no Brasil.
- 4) Negociação coletiva. Função. Níveis de negociação. Instrumentos normativos negociados: acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho. Efeitos das cláusulas. Cláusulas obrigacionais e cláusulas normativas. Incorporação das cláusulas nos contratos de emprego.
- 5) Mediação e arbitragem no Direito do Trabalho. Poder normativo da Justiça do Trabalho.
- 6) Atividades do Sindicato. Condutas anti-sindicais: espécies e consequências.
- 7) A greve no direito brasileiro.
- 8) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

- 1) Direito Processual do Trabalho. Princípios. Fontes. Autonomia. Interpretação. Integração. Eficácia.
- 2) Organização da Justiça do Trabalho. Composição, funcionamento, jurisdição e competência de seus órgãos. Os juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista. Corregedoria-Geral e Regional do Trabalho. Atribuições.
- 3) O Ministério Público do Trabalho. Organização. Competência. Atribuições. Lei Complementar nº 75/93. Inquérito civil público.
- 4) Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar. Conflitos de Competência.
- 5) Partes, procuradores, representação, substituição processual e litisconsórcio. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita. *Jus Postulandi*. Mandato tácito.
- 6) Atos, termos e prazos processuais. Despesas processuais. Responsabilidade. Custas e emolumentos. Comunicação dos atos processuais. Notificação.
- 7) Vícios do ato processual. Espécies. Nulidades no processo do trabalho: extensão, princípios, arguição, declaração e efeitos. Preclusão.

- 8) Dissídio individual e dissídio coletivo. Distinção. Dissídio individual: procedimentos comum e sumaríssimo. Petição inicial: requisitos, emenda, aditamento, indeferimento. Pedido.
- 9) Audiência. "Arquivamento". Conciliação. Resposta do reclamado. Defesa direta e indireta. Revelia. Exceções. Contestação. Compensação. Reconvenção.
- 10) Provas no processo do trabalho: princípios, peculiaridades, oportunidade e meios. Interrogatórios. Confissão e conseqüências. Documentos. Oportunidade de juntada. Incidente de falsidade. Perícia. Sistemática de realização das perícias. Testemunhas. Compromisso, impedimentos e conseqüências. Ônus da prova no processo do trabalho.
- 11) Sentença nos dissídios individuais. Honorários periciais e advocatícios. Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros. INSS.
- 12) Sistema recursal trabalhista. Princípios, procedimento e efeitos dos recursos. Recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento e embargos de declaração. Recurso adesivo. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade dos recursos. Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso.
- 13) Recurso de revista. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade. Prequestionamento. Matéria de fato. Efeitos. Juízo de admissibilidade. Recurso nos dissídios coletivos. Efeito suspensivo.
- 14) Execução Trabalhista. Execução provisória e execução definitiva. Carta de sentença. Aplicação subsidiária da Lei de Execuções Fiscais. Execução de quantia certa contra devedor solvente. Execução de títulos extrajudiciais. Execução da massa falida. Liquidação da Sentença. Mandado de Citação. Penhora.
- 15) Embargos à Execução. Exceção de pré-executividade. Impugnação à sentença de liquidação. Embargos de Terceiro. Fraude à execução.
- 16) Expropriação dos bens do devedor. Arrematação. Adjudicação. Remição. Execução contra a Fazenda Pública: precatórios e dívidas de pequeno valor.
- 17) Execução das contribuições previdenciárias: competência, alcance e procedimento.
- 18) Inquérito para apuração de falta grave. Conceito e denominação. Cabimento. Prazo. Julgamento do inquérito. Natureza e efeitos da sentença.
- 19) Ações civis admissíveis no processo trabalhista: ação de consignação em pagamento, ação de prestação de contas, mandado de segurança e ação monitoria. Ação anulatória: de sentença e de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- 20) Ação civil pública. Ação civil coletiva. Legitimados, substituição processual, condenação genérica e liquidação. Coisa julgada e litispendência.
- 21) Dissídio Coletivo. Conceito. Classificação. Competência. Instauração: prazo, legitimação e procedimento. Sentença normativa. Efeitos e vigência. Extensão das decisões e revisão. Ação de Cumprimento.
- 22) Ação rescisória no processo do trabalho. Cabimento. Competência. Fundamentos de admissibilidade. Juízo rescindente e juízo rescisório. Prazo para propositura. Início da contagem do prazo. Procedimento e recurso.
- 23) Tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no Direito Processual do Trabalho.
- 24) Súmulas da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho.
- 25) Procedimento sumaríssimo.
- 26) Correição parcial. Reclamação à instância superior

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1) Princípios fundamentais do processo civil.
- 2) Jurisdição e competência: conceito, formas, limites e modificações da competência.
- 3) Ação: conceito, classificação, espécies, natureza jurídica. Ação e pretensão. Condições da ação.
- 4) Processo: conceito e natureza jurídica. Relação jurídica processual e relação jurídica material. Objeto do processo: mérito da causa. Processo e procedimento. Tipos de processo: processo de conhecimento, processo cautelar e processo de execução. Noções. Conceito.
- 5) Formação, suspensão e extinção do processo. Pressupostos processuais. Ausência. Efeitos. Efetividade do processo.
- 6) Sujeitos da relação processual. Parte. Conceito. Capacidade de ser parte e capacidade de estar em Juízo. Legitimação ordinária e extraordinária: substituição processual. Procuradores. Ministério Público. O Juiz. Intervenção de terceiros. Assistência.
- 7) Atos processuais. Prazos. Despesas processuais. Honorários.
- 8) Petição inicial: requisitos e vícios. Pedido: noções gerais, espécies, interpretação e alteração. Cumulação de pedidos.

- 9) Tutela inibitória e antecipação de tutela. Tutela específica e antecipada das obrigações de fazer e não fazer.
- 10) Resposta do réu: defesa direta e defesa indireta. Contestação, exceção e objeção. Exceções processuais: incompetência, impedimento e suspeição. Reconvenção. Revelia. A carência de ação. Litispendência, conexão e continência de causa.
- 11) Prova: conceito; objeto; prova de direito; prova ilícita. Ônus da prova: finalidade, princípios, disciplina. Iniciativa probatória do juiz. Prova emprestada. Apreciação da prova: papel do juiz, sistemas. Indício e presunções.
- 12) Sentença: conceito, classificação, requisitos e efeitos. Julgamento *extra, ultra e citra petita*. Coisa julgada: limites e efeitos. Coisa julgada e preclusão. Espécies de preclusão.
- 13) Recursos: princípios gerais e efeitos. Recurso adesivo e reexame necessário. Embargos de declaração. Recurso extraordinário e recurso especial. Natureza e fins. Hipóteses de cabimento.
- 14) Ação civil de improbidade administrativa.
- 15) Incidente de uniformização de jurisprudência.
- 16) Processo de execução. Partes. Liquidação. Natureza jurídica da liquidação e modalidades. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Responsabilidade patrimonial. Bens impenhoráveis. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução contra a Fazenda Pública.
- 17) Processo cautelar: disposições e princípios gerais, liminares, sentença cautelar e seus efeitos. Medidas cautelares específicas: arresto, seqüestro, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas e protesto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) Constituição. Conceito, objeto e elementos. Supremacia da Constituição. Tipos de Constituição. Poder Constituinte. Emenda, Reforma e Revisão Constitucionais.
- 2) Princípios constitucionais: validade, eficácia e aplicação. Princípio da isonomia. Princípios constitucionais do trabalho.
- 3) Normas constitucionais. Classificação. Aplicabilidade. Normas constitucionais e inconstitucionais. Interpretação da norma constitucional.
- 4) Dos direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais, difusos e coletivos. Tutelas constitucionais das liberdades: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção e ação popular. Dos direitos sociais. Da associação sindical: autonomia, liberdade e atuação.
- 5) Constituição e Processo: direitos e garantias fundamentais de natureza processual.
- 6) Da Administração Pública. Estruturas Básicas. Servidores Públicos. Princípios constitucionais.
- 7) Princípio da separação dos Poderes: implicação, evolução e tendência.
- 8) Poder Legislativo. Organização. Atribuições do Congresso Nacional. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Competências do Senado e da Câmara. Processo legislativo.
- 9) Poder Executivo. Presidencialismo e Parlamentarismo. Ministros de Estado. Presidente da República: poder regulamentar. Medidas provisórias. União. Competência. Bens da União. Estado-membro. Competência. Autonomia. Distrito Federal. Territórios Federais. Municípios. Competência. Regiões metropolitanas.
- 10) Poder Judiciário. Organização. Órgãos e Competência. Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho. Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça do Trabalho. Estatuto Constitucional da Magistratura. Garantias da Magistratura. Estatuto.
- 11) Controle da constitucionalidade das leis: conceito, espécies, ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle difuso. Efeitos da declaração de constitucionalidade das leis.
- 12) Das Finanças Públicas: normas gerais; dos orçamentos. Execução contra a Fazenda Pública.
- 13) Da Ordem Econômica e Financeira. Dos princípios gerais da atividade econômica. Atividade Econômica do Estado. Propriedade na Ordem Econômica. Regime constitucional da propriedade: função socio-ambiental. Sistema Financeiro Nacional.
- 14) Ordem Social. Seguridade Social. Meio Ambiente. Da família, da Criança, do Adolescente, do Idoso, dos Índios.
- 15) Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988.
- 16) Advocacia Geral da União, representação judicial e consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1) Princípios informativos da administração pública.
- 2) Ato administrativo: conceito, classificação, requisitos e revogação. Atos administrativos vinculados e discricionários. O mérito do ato administrativo.
- 3) Vícios do ato administrativo. Atos administrativos nulos e anuláveis. Teoria dos motivos determinantes.
- 4) Administração direta e indireta. Autarquia. Sociedade de economia mista. Empresa pública. Fundação pública. Agências reguladoras e executivas.
- 5) Poderes da administração: hierárquico; disciplinar; regulamentar e de polícia. Poder de polícia: conceito. Polícia judiciária e polícia administrativa. As liberdades públicas e o poder de polícia.
- 6) Responsabilidade civil do Estado: fundamentos; responsabilidade sem culpa; responsabilidade por ato do servidor e por ato judicial. Ação regressiva.
- 7) Controle jurisdicional de legalidade dos atos administrativos: limites, privilégios da administração e meios de controle.
- 8) Bens públicos. Imprescritibilidade e impenhorabilidade.
- 9) Agentes públicos. Servidor público e funcionário público. Direito de sindicalização e direito de greve do servidor público. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União: Lei 8.112, de 11/12/1990. Natureza jurídica da relação de emprego público. Agentes políticos.
- 10) Improbidade Administrativa.
- 11) Inquérito civil público: natureza, objeto, instauração e conclusão. Ajustamento de conduta.
- 12) Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias.

DIREITO PENAL

- 1) Conceitos penais aplicáveis ao Direito do Trabalho: dolo; culpa; reincidência; circunstâncias agravantes; circunstâncias atenuantes; majorantes e minorantes.
- 2) Tipo e tipicidade penal. Exclusão. Legítima defesa e estado de necessidade.
- 3) Crime: conceito, tentativa, consumação, desistência voluntária, arrependimento eficaz, culpabilidade, co-autoria e participação.
- 4) Crimes contra a liberdade pessoal.
- 5) Crimes contra o patrimônio: estelionato, apropriação indébita, furto, roubo receptação, extorsão e dano.
- 6) Crimes contra a honra.
- 7) Crime de abuso de autoridade.
- 8) Crimes contra a administração da justiça.
- 9) Direito Penal do Trabalho: crimes contra a organização do trabalho; condutas criminosas relativas à anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; retenção de salário; apropriação indébita e sonegação das contribuições previdenciárias.
- 10) Crimes de falsidade documental: falsificação de documento público, falsificação de documento particular, falsidade ideológica, falsidade de atestado médico, uso de documento falso e supressão de documento.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

- 1) Sujeitos do direito internacional público: Estados e Organizações Internacionais.
- 2) Órgãos das relações entre os Estados: agentes diplomáticos; representantes consulares; Convenções de Viena de 1961 e 1963; as Missões Especiais.
- 3) A imunidade de jurisdição dos Estados: origem, fundamentos e limites. Imunidade de execução.
- 4) Atividades do estrangeiro no Brasil: limitações (constitucionais); imigração espontânea e dirigida.
- 5) Tratados Internacionais: vigência e aplicação no Brasil.
- 6) Organização Internacional do Trabalho: história; órgãos; papel da Comissão Peritos e do Comitê de Liberdade Sindical. Convenções e recomendações internacionais do trabalho: vigência e aplicação no Brasil. Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. (NR)
- 7) OMC e concorrência internacional. "Dumping Social", "Cláusula Social" e "Selo Social". Padrões trabalhistas mínimos.
- 8) Aplicação de lei trabalhista estrangeira: os princípios da *lex loci executionis* e de *locus regit actum*.
- 9) Direito comunitário: conceito e princípios e orientações sociais. Mercosul, Nafta e União Européia: constituição, estrutura, principais normas em matéria social. Livre circulação de trabalhadores, normas processuais do Mercosul.

10) Normas internacionais de proteção da criança e do adolescente contra a exploração econômica: Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas; Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU; Convenção 138 e Recomendação 146, de 1973, sobre a idade mínima para a admissão no emprego, da Organização Internacional do Trabalho; Convenção 182 e Recomendação 190, sobre as piores formas de trabalho infantil, da Organização Internacional do Trabalho. (NR)

DIREITO CIVIL

(obs.: considerando-se o novo Código Civil)

- 1) Da lei. Eficácia espacial e temporal; princípio da irretroatividade da lei. Revogação, derrogação e abrogação. Direito adquirido.
- 2) Das pessoas. Naturais: personalidade e capacidade; modalidades, modificações e direitos. Da ausência. Jurídicas. Espécies, personificação, direitos e obrigações. As fundações. Grupos jurídicos não personificados. Despersonalização e responsabilidades. Domicílio e residência.
- 3) Dos fatos jurídicos. Negócios e atos jurídicos. Definições, espécies, pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidades. Modalidades dos negócios jurídicos. Teoria das nulidades. Atos ilícitos. Boa-fé objetiva e subjetiva. Prescrição e decadência.
- 4) Dos bens e suas classificações. Do bem de família.
- 5) Das obrigações. Conceito, modalidades, transmissão, adimplemento e extinção. Obrigações líquidas e ilíquidas. Cláusula penal. Do inadimplemento. Responsabilidade extracontratual. Teoria da imprevisão.
- 6) Dos contratos. Disposições gerais. Da extinção dos contratos: exceção do contrato não cumprido e da resolução por onerosidade excessiva. Das várias espécies de contrato: compra e venda; doação; empréstimo - comodato e mútuo; prestação de serviço; empreitada; depósito; mandato; transação. Locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada. Do enriquecimento sem causa.
- 7) Empresa. Conceito. Do empresário e do exercício da empresa. Da sociedade: disposições gerais, espécies, direitos, obrigações e responsabilidades: da sociedade e dos sócios. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão. Do estabelecimento: institutos complementares, prepostos. Sociedade Limitada: disposições preliminares, quotas, administração, deliberação dos sócios, aumento e redução do capital, resolução da sociedade em relação a sócios minoritários. Dissolução: modos e efeitos. Da sociedade cooperativa.
- 8) Hierarquia, integração e interpretação da lei. Métodos de interpretação. Analogia, Princípios Gerais do Direito e Equidade.
- 9) Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios.

DIREITO COMERCIAL

(Obs.: considerando-se o novo Código Civil)

- 1) Do Comerciante e dos atos de comércio.
- 2) Sociedades anônimas: conceito, características e espécies. Capital social. Ações: formas e espécies. Modificação do capital. Acionistas: direitos e obrigações. Assembléias. Conselho de Administração. Diretoria. Administradores: deveres e responsabilidades. Dissolução, liquidação e extinção da companhia. Condição jurídica dos empregados eleitos diretores da sociedade.
- 3) Títulos de crédito: conceito, natureza jurídica e espécies - letra de câmbio, duplicata, cheque, *warrant*.
- 4) Contratos mercantis: alienação fiduciária em garantia; arrendamento mercantil (*leasing*); franquia (*franchising*); faturização (*factoring*); representação comercial, concessão mercantil.
- 5) Concordata: normas gerais, espécies e efeitos. Falência: caracterização, espécies, efeitos da sentença declaratória da falência, administração da falência, habilitação dos créditos. Liquidação extrajudicial de sociedades e instituições financeiras. Noções gerais.
- 6) O Código de Defesa do Consumidor: princípios de regência, interpretação e ônus da prova. Desconsideração da personalidade jurídica. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- 7) Conceito de tripulante de aeronave segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Composição da tripulação de aeronave. Comandante de aeronave e sua responsabilidade no que diz respeito à tripulação. Regulamentação das Profissões do aeroviário (Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962) e do aeronauta (Lei nº 7.183/84).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 1) Seguridade social: conceito e princípios (constitucionais).

- 2) Da organização da seguridade social.
- 3) Do custeio da seguridade social: sistema de financiamento, contribuições, isenções, remissão e anistia. Hipóteses de incidência de contribuição. Arrecadação e recolhimento das contribuições. Responsabilidade pelo recolhimento. Prescrição e decadência.
- 4) Previdência social: conceito e princípios. Beneficiários e prestações da previdência social. Benefícios. Elementos básicos de cálculo do valor dos benefícios. Acidente do trabalho. Seguro-desemprego. Cumulação de benefícios e prescrição.

Sala de Sessões, 21 de novembro de 2002.
VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Diretor-Geral de Coordenação Judiciária

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO
PARAÍBA

Presidente e Corregedor : Juiz Afrânio Neves de Melo
Vice-Presidente : Juíza Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega

SECRETARIA DA COMISSÃO DO CONCURSO

TITULAR: MARIA CARDOSO BORGES
MEMBROS: ANETE ESCOREL DE ARAÚJO SILVA
ARY VILHENA JUNIOR
JOANA MONTENEGRO DANTAS
NEWTON ROBERTO MOTA

Telefone: (83) 3214.6033
Endereço eletrônico: www.trt13.gov.br/concurso
e-mail: concurso@trt13.gov.br